



DEGRADAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA CAMPONESA

Dorcelina Aparecida Militão Moreira

Mestrado em Agronegócio
Universidade Federal de Goiás (UFG)
dorcelinamilitao@gmail.com

Introdução

Apesar de ter nascido em meados do século XX, não tenho dúvidas em afirmar que este é o século da degradação ambiental. Nunca se desmatou tanto, produziu tanto lixo e se lançou tantos poluentes no solo e na atmosfera, quanto no último século. Estas consequências não acontecem por acaso, mas em nome e por causa do desenvolvimento, seja o desenvolvimento rural ou o desenvolvimento urbano-industrial. Ambos contribuíram e contribuem profundamente para esta realidade catastrófica que estamos vivendo. Porém, neste artigo quero enfatizar a questão do desenvolvimento rural e suas consequências para os povos do Cerrado. Diante deste fato quero destacar um elemento que considero essencial para promovermos o que ainda temos: *a preservação da agricultura camponesa*. Sendo assim, é necessária e urgente a prática de uma educação do campo/agroecológica, na esperança de que as pessoas voltem a se sentir parte integrada da natureza e possam amá-la e respeitá-la como *algo vivo*. Para que estas ações possam ser praticadas fazem-se necessárias também ações e políticas que possibilitem, motivem e/ou exijam atitudes e comportamentos diferenciados dos cidadãos.

A Degradação Ambiental no Cerrado Goiano

O Cerrado, juntamente com a Mata Atlântica, é considerado um dos biomas mais importantes do mundo para manter a biodiversidade do planeta. Sabe-se que muito antes das bandeiras chegarem nesta terra à procura do ouro, já habitavam aqui comunidades indígenas que viviam no Cerrado goiano. Eles viviam da caça, pesca e de coletas das riquezas do Cerrado que por muito tempo foi considerado como solo “pobre”, sem nenhum valor agricultável. Para Silva e Mendonça (2004) os bandeirantes foram os



primeiros exploradores do Cerrado nos Séculos XVII e XVIII, na busca de pedras preciosas e de indígenas para serem escravizados.

Após a segunda guerra mundial o Estado brasileiro passa por outra onda de ocupação, com a industrialização do país e objetivando ampliar a produção de alimentos e de matéria-prima para abastecer o polo industrial. O governo lança um projeto regional denominado por *Marcha para Oeste* visando ocupar espaços ‘vazios’ como Goiás e Mato Grosso. Assim as terras do Centro Oeste se formaram em grandes latifúndios em sua maioria para criação de pecuária extensiva, com pastagem natural e produção de lavouras de subsistência para os camponeses que habitavam na região.

Porém, é a partir da década de 1960 que a degradação do Cerrado acontece de forma rápida e violenta, com a chegada da modernização agrícola. Isso não acontece por acaso, mas por que houve toda uma política econômica articulada com o capital internacional. O governo federal investiu fortemente em financiamentos fáceis e subsídios para os produtores e empresas rurais se instalarem na região e aumentar a produtividade. Para Delgado (2012) “[...] o período histórico 1965-1980, constitui com muito maior clareza a etapa do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo.” Mais uma vez a modernização e o desenvolvimento para atender as exigências do capital desapropriam toda a riqueza natural, as pessoas com seus costumes e cultura, e toda a biodiversidade, espécies animais e vegetais, com a intensificação de desmatamentos e implantação de grandes lavouras de monocultura para produção de exportação.

Através da evolução tecnológica foi possível fazer a correção dos solos ácidos, e com os interesses políticos de expandir a agricultura, os desmatamentos de áreas realizados pela evolução da patrulha mecanizada as áreas desmatadas multiplicaram. O bioma Cerrado que por muito tempo foi considerado como tendo solos pobres e não agricultáveis, se tonou fértil e cobiçado pela elite agrária brasileira e por empresas multinacionais.

Neste contexto, a concentração de terra ainda é maior e a desigualdade agrária é acentuada. A grande maioria das famílias camponesas ficou “Sem Chão”. Muitas famílias foram pressionadas a venderem suas terras ou empurradas para as regiões menos produtivas. Outras que trabalhavam como parceiros ou meeiros sequer puderam



continuar com suas lavouras de subsistências, pois se viram obrigados a deixar o campo ou trabalhar como assalariado para o patrão.

Para Fernandes (2005) o termo agronegócio nada mais é que o latifúndio com uma nova roupagem, uma construção ideológica para migrar do atraso para o moderno. Para Silva e Mendonça (2004) “[...] a modernização da agricultura promoveu a desterritorialização de milhares de camponeses e em seu lugar promoveu a territorialização das empresas rurais”.

Junto com o agronegócio veio também o “pacote verde” e os defensivos agrícolas com imensa quantidade de agrotóxicos lançados no solo e arrastado até as nascentes dos rios, dos lençóis freáticos e infiltrado nos alimentos e consequentemente no organismo humano. Em uma região do Mato Grosso uma pesquisa feita por Danielly Palma foi constatado que até o leite materno de um recém-nascido está contaminado. Em uma entrevista ao Viomundo ela afirmou: *“Quanto ao leite materno, 100% das amostras indicaram contaminação por pelo menos um tipo de substância. O DDE, que é um metabólico do DDT, esteve presente em 100%, mas isso indica uma exposição passada porque o DDT não é utilizado desde 1998, quando teve seu uso proibido. Mas 44% das amostras indicaram o beta-endossulfam, que é um isômero do agrotóxico endossulfam, ainda hoje utilizado”*.

Outro fato recente é a contaminação das crianças na escola Rural de Rio Verde, região da produção de cana e do Agronegócio. Veja a manchete no jornal hoje, em 04/05/2013 *“Agrotóxico despejado em escola de GO não poderia ser lançado por avião. Ele provocou a intoxicação em 29 alunos e oito funcionários da escola. Três crianças continuam internadas em observação na cidade de Rio Verde.”* Assim não é difícil analisar a principal causa de degradação já vista no Cerrado goiano.

A Questão do Desenvolvimento Rural

Se olharmos para o conceito de desenvolvimento, logo o dicionário Aurélio afirma que *“é uma ação ou efeito de desenvolve; crescimento”*. Porém, o que nos preocupa é como? Onde? E quem? Está inserido no desenvolvimento.

Ao refletirmos sobre o desenvolvimento rural, no Brasil logo percebemos que desde a colonização o rural brasileiro sempre foi visto como um campo propício para



explorar todas as riquezas e possibilidades, retirando algo dele para alguém que não vive nele.

Outras expressões mais recentes referem-se ao *desenvolvimento rural sustentável* que evoluiu em expressão e conceito chegando a *desenvolvimento sustentável*. Este visa à evolução humana com intuito de compensar um pouco *da degradação ambiental e preservar o que ainda temos na perspectiva de manutenção da vida de todos os seres humanos e não humanos*.

Segundo Gliessman (2000) alguns elementos são fundamentais na efetivação de um desenvolvimento e prática de agricultura mais sustentável sendo:

[...] o uso de recursos renováveis, a preservação da diversidade biológica e cultural, menor dependência comercial, aceitação e tolerância das condições local, manutenção a longo prazo da capacidade produtiva, utilização do conhecimento e capacidade da população e produção de mercadorias para o consumo interno antes de produzir para a exportação [...].

Se compararmos com o desenvolvimento pela ótica do capitalismo moderno logo percebemos que há uma contradição total, de um lado prevalece a corrida econômica, explorando tudo e todos e desconsidera toda a vida e diversidade natural histórica e cultural que foram construídas por milhares de anos, em diferentes tempos e regiões de acordo com a evolução da humanidade, como nos mostra Mozayer e Roudart (2010) no livro “História das agriculturas no mundo”. Por outro lado está a possibilidade de um desenvolvimento sustentável ou pelo menos um *desenvolvimento mais sustentável*, referido por Caporal (2009). Portanto, de acordo com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento pensar em desenvolvimento sustentável é pensar em um “[...] desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”.

Desta forma temos um desafio diante de nós e uma realidade composta por alguns elementos que considero crucial; 500 anos de ação e exploração do meio ambiente e da mente humana, Sistema político internacional que financia o modelo de desenvolvimento atual do agronegócio. Quais caminhos possíveis para mudar o rumo deste panorama? É o que vamos tentar discutir a seguir.



Agricultura Camponesa: espaço de preservação ambiental

Preservar a agricultura camponesa é uma ação natural para preservação do meio ambiente haja visto que onde há agricultura camponesa, há uma diversidade de espécies vegetais e animais, valores éticos e culturais, produção de alimentos mais saudáveis e diversificados, preservação de sementes, muitas famílias ainda trazem consigo sementes crioulas que são guardadas e conservadas com conservantes naturais como as sementes que são guardadas na cinza ou no esterco de gado, sem correr o risco de ser atacada por carunchos ou modificadas por conservantes químicos, produção com uso de adubo natural, uso de técnicas milenares de produção ou mesmo à estrutura familiar. Como afirma Lamarche (1993, p. 14): “[...] a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade”. Sendo de importância primordial a função de produzir alimentos saudáveis, mesmo por que trata de uma questão vital. Dados estatísticos mostram que é a agricultura camponesa que coloca os alimentos na mesa do povo brasileiro.

Diferente do discurso da revolução verde; de aumentar a produtividade para acabar com a fome no mundo, a prática do agronegócio no Brasil atende mais a alimentação do gado dos europeus e dos tanques de carros com a produção do biodiesel, do que a necessidade alimentar do povo brasileiro. Segundo Altieri (2012):

Enquanto 91% dos 1,5 bilhão de hectares de terras agrícolas estão cada vez mais ocupadas com agrocombustíveis, soja transgênica para alimentar carros e gado e cultura para exportação, milhões de pequenos agricultores no mundo em desenvolvimento produzem a maioria das culturas alimentares necessárias para alimentar as populações rurais e urbanas do planeta.

Outro aspecto apontado por Cruz e Schneider (2010), é referente à preocupação com a qualidade dos alimentos que vem crescendo frequentemente nos últimos anos, tanto nos meios acadêmicos que ultrapassam a área da saúde que se preocupam com o padrão alimentar resultante em obesidade, diabetes doenças cardiovasculares entre outras, quanto nas conversas informais entre consumidores.

Para muitos grupos de pessoas a qualidade de alimentos está ligada a sua origem de produção, valorização de aspectos culturais, sociais e históricos e ambientais. O saber



fazer tradicional, os meios utilizados a relação ambiental e a relação de trabalho usada para chegar ao produto final, passam a ser extremamente significante.

Altieri (2012, p. 363) reflete sobre cinco razões para preservar a agricultura familiar camponesa sendo:

- a. Pequenas propriedades rurais são a chave para segurança alimentar mundial.*
- b. Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas.*
- c. Pequenas propriedades diversificadas representam um modelo de sustentabilidade*
- d. Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livres de organismos geneticamente modificados (OGMs).*
- e. Pequenas propriedades rurais resfriam o ar*

Estes aspectos podem ser observados e encontrados em muitas regiões do Brasil entre elas no município de Goiás, espaço em que a modernização tecnológica ainda não conseguiu se realizar concretamente e que ainda se encontra no meio rural um bom número da população. Com área territorial de 3.108.019 (km²) e uma população de 24.793, ainda vive no campo 25% destas pessoas (IBGE, 2010). Das 2037 propriedades rurais, 70% são pequenas propriedades com agricultora camponesa; sendo Agricultores Familiares Tradicionais, assentamentos de Reforma Agrária e Crédito Fundiário. Essa realidade agrária deve ao movimento de luta pela terra que iniciou na década de 80 e provocou uma modificação em sua estrutura agrária do município. Hoje o município de Goiás que por muito tempo foi considerado o “berço da hierarquia goiana” pode se considerar o “berço dos assentamentos de reforma agrária”, com a demarcação de 22 assentamentos de Reforma Agrária com mais de 800 famílias assentadas e 3 Crédito Fundiário com 100 famílias.

Percebe-se que os trabalhadores conseguiram as terras, mas a luta continua agora para permanecer e viver com direito a dignidade. Sendo essencial o incentivo a produção e garantia de renda, a educação de qualidade, a saúde, a assistência social, ao transporte entre outros. Quero aqui destacar a Educação do Campo como fator essencial na vida e permanência dos trabalhadores no campo; o trabalhador melhor informado tem mais possibilidade de planejamento, gestão e organização da produção, acesso a crédito e



comercialização. A Educação com um projeto específico para o Campo é capaz de reforçar a identidade camponesa e os valores naturais, culturais, sociais e econômicos que existem no campo e assim se articular com a produção sustentável e diversificada de acordo com seus valores e saberes. Segundo Caldart (1999):

Não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele. Por outro lado, também não há como implementar um projeto popular de desenvolvimento do campo sem um projeto de educação, e sem expandir radicalmente a escolarização para todos os povos do campo.

Portanto, é preciso um projeto de educação que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseada na justiça social, na preservação dos valores camponeses com respeito à vida humana e ao meio ambiente. Só assim é possível contribuir com a formação de sujeitos menos mecânicos e mais humanos, menos poluidores e mais semeadores, e então promover um desenvolvimento rural mais sustentável e menos avassalador.

Considerações Finais

Paulo Freire, nos mostra no livro **a pedagogia do oprimido**: a escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmo. Pensar em um desenvolvimento rural mais sustentável e na preservação da agricultura camponesa com elemento essencial na preservação ambiental, não deve ser simplesmente uma tarefa dos sujeitos que vive no campo. Para que haja valorização camponesa é necessário romper com o sistema atual, é preciso haver uma política de desenvolvimento voltado para a agricultura camponesa, com políticas públicas que promova educação e saúde, pesquisa e tecnologia, assistência técnica e crédito de acordo com a realidade cultural e a necessidade destes povos. Altieri (2012) define a agricultura familiar camponesa como “*patrimônio ecológico planetário*”, como a “*chave para soberania alimentar*” ou ainda como “*santuário da agrobiodiversidade*”. Portanto, o campesinato deve ser visto como um espaço de vida para os camponeses, como fonte de vida para a humanidade devido a produção de alimentos e como patrimônio mundial em esfera global, sobre tudo no



município de Goiás onde a cidade é reconhecida pela Unesco como Patrimônio da Humanidade.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** bases científica para uma agricultura sustentável/Miguel Alfieri, 3.ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.

CALDART, Roseli Salete; BENJAMIN, Cesar. **Por uma educação básica do campo** - Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 3.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia:** uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis-Brasília: 2009.

CRUZ, Fabiana Thomé; SCHNEIDER, Sergio. **Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS, 2010.

FERNANDES, Bernardo M. **Questões da Via Campesina.** Presidente Prudente: NERA, 2004. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/neral>>. Acesso em: 23, maio, 2005.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

LAMARCHE, Hungues (Cood). **Agricultura Familiar.** Uma realidade multiforme. 1993.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano.** Tese de Doutorado-Presidente Prudente, 2004.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p.

Sites Consultados:

<http://www.viomundo.com.br/denuncias/exclusivo-a-pesquisadora-que-descobriu-veneno-no-leite-materno.html>



I SEMINÁRIO NACIONAL

Agrotóxicos, Impactos Socioambientais e
Direitos Humanos

III SEMINÁRIO GOIANO

Campanha Permanente Contra os
Agrotóxicos e Pela Vida



DE 25 À 28 DE JUNHO DE 2014 - UEG CAMPUS GOIÁS

<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/05/agrotoxico-despejado-em-escola-de-go-nao-poderia-ser-lancado-por-aviao.html>

http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel